

Segundo semestre: uma missão impossível?

DAVID FLEISCHER
Colaborador

Se você achou o primeiro semestre de 1983 muito conturbado e cheio de incertezas e incongruências, aguarde o lançamento da segunda edição pois será melhor (pior?) ainda, como no mundo de Hollywood, com seus Star Wars II, Superman II, etc. Na verdade, o segundo semestre político em Brasília é de apenas quatro meses (agosto a novembro), mas vai parecer como se fosse uma eternidade para os angustiados (antes) comandantes do Governo.

Neste breve ensaio, vamos abordar os aspectos políticos de três dos muitos problemas que o Governo enfrentará junto à classe política neste segundo semestre: a pedra de toque principal na desintegração do sistema partidário, e duas questões concretas — a aprovação do Decreto Lei Nº 2.045 que reduz os aumentos salariais a 80% do já expurgado INPC, e do Projeto de Lei que regulamenta o "voto distrital misto, majoritário e proporcional".

OS PARTIDOS

Com apenas 3 anos e meio de vida o sistema partidário construído às pressas no início de 1980, após os abalos da cisão PTB/PDT em 1980 e a reincorporação PP/PMDB em 1981/1982, nos meados de 1983 começa desabar. Como estão estes cinco partidos no segundo semestre de 1983? PT — Mesmo este menor partido, supostamente com a maior coerência de propósitos, não vai muito bem. Suas bases estão cada vez mais distantes da sua representação parlamentar. Os rachas nas lideranças a nível estadual, entre os ex-líderes sindicais, intelectuais e grupos de tendência "popular", foram ainda mais exacerbados com a recente greve vanguardista dos petroleiros, que de uma certa maneira "fez o serviço" para o Governo. De um lado, ajudou esvaziar a greve geral do dia 21 deste mês, e por outro, serviu como "justa causa" para a PETROBRAS reduzir a sua folha de pagamento, com a fácil identificação dos empregados mais ativistas e simpatizantes.

Se aparecer uma "brecha" de uma reformulação partidária, com certeza todos seus deputados procurarão um novo partido, ou um trabalhismo socialista proposto por Brizola, ou a desincorporação do ex-PP. PTB — Embora muito criticado pela "Oposição" por seu "fisiologismo", por pregar um "trabalhismo demagógico", e por ter subido a rampa do Palácio para fazer o acordo ou coligação PTB-PDS, o PTB manteve um IBOPE incrível — muito desproporcional aos seus 13 deputados. Se a EBN fosse empreender uma pesquisa do número "centímetros/coluna" ocupados pelo PTB em 1983, talvez até rivalizasse "os grandes" (PMDB e PDS) pelo espaço ocupado.

Mas, com tamanha "atividade" e IBOPE, o que tem feito de concreto que pudesse ser transformado em votos em 1986? Por enquanto, a resposta é "muito pouco". Entre as tão badaladas "conquistas" ou "exigências" negociadas pelo PTB em maio quando "celebrou" o acordo, o Governo sistematicamente violou ou abateu todas, uma a uma. Qual o proveito que os trabalhadores do Brasil tiraram deste "abraço"? Aumentou a prestação da casa própria em 130% que teria que ser paga com os minguados 80% de um INPC expurgado. Se este INPC fosse real, entre 160% e 200% (as previsões respectivas dos Profs. C. Langoni e D. Munhoz), tudo bem; mas pelas magias do IBGE do Sr. J. Montello inspiradas pelo FMI, nada feito.

De acordo com as fontes bem informadas do nosso colega Leonardo Mota, o Ministro Leitão de Abreu queria entregar os vinte cargos e mais um ministério ao PTB logo no início de agosto para garantir seu apoio parlamentar. Mas cedeu antes às insistências do Dr. Delfim de tratá-los a conta-gota até provar melhor a sua lealdade aprovando o decreto do FMI. Mas é evidente que o PTB não vai cometer um suicídio político em troca de umas diretorias "fantasmas" ainda por serem criadas na Light carioca e na recém-expurgada Nuclebrás, por exemplo. Ainda de quebra, D. Ivete tem uma cisão interna onde 8 dos seus 12 liderados ameaçam desobedecer suas diretrizes. PDT — Dos pequenos partidos, é o mais tranquilo. Embora sofra da liderança forte do seu caudilho, Leonel Brizola, a sua perspicácia política ainda é muito refinada. O recente acordo PDT/PDS no Estado do Rio de Janeiro e o papel do governador Brizola como "avalista" do Governo em momentos críticos tem fortalecido o partido e a sua imagem como um partido "de centro, moderado e confiável".

Se o projeto de Saturnino Braga e Leonel de erguer um novo partido socialista for levado adiante, poderia (como um novo partido) receber importantes adesões do PT, PMDB, PTB e até do PDS. Enquanto seu cacife cresce, Brizola e seu PDT têm chances cada vez melhores de se tornarem a "opção premiada" com a estratégia de eleições dire-

Arquivo CB



A política voltou com Aureliano na Presidência ...

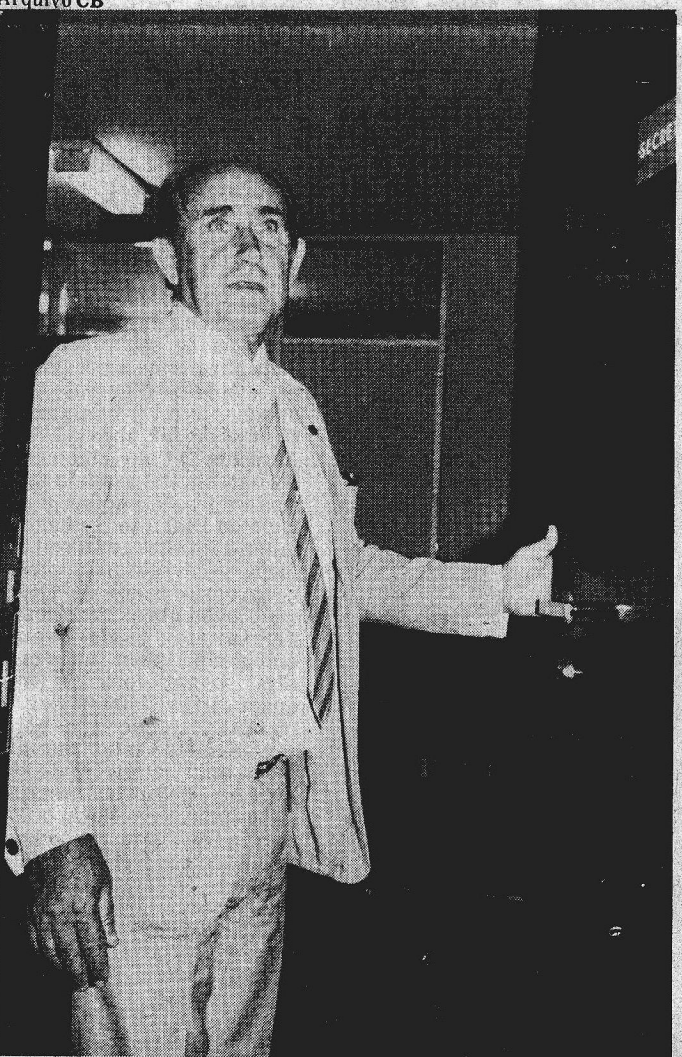
tas (com ou sem um mandato tampão negociado), já ensaiado pelo Presidente Figueiredo ("então, abro e entrego para Brizola").

PMDB — Apesar da retórica de Ulisses Guimarães e Teotônio Vilela, o partido não é mais o mesmo. Esta "frente de oposições" está firmemente sob o controle dos seus governadores, que no presente ambiente de crise estão cada vez mais moderados, "subindo a rampa" cada semana para negociarem com o Governo. Como pode, o presidente do segundo maior partido da Nação, recusar obstinadamente "apertar a mão do Governo"? Ele está muito distante da realidade do seu partido e do momento nacional. Assim, a coerência e coesão interna deste partido é muito limitada.

Mas será que esta suposta "transigência" do PMDB chegará ao ponto do Governo poder negociar alguns dos seus votos para aprovar alguns dos seus "pacotes" no Congresso este semestre? Provavelmente não, a não ser que o Governo esteja disposto a entregar alguns dedos junto com os anéis; ou seja, como parte de uma negociação política bem mais ampla, coisa que a atual cúpula governista parece ter uma aversão total. PDS — Por último chegamos ao partido do Governo, que por enquanto ainda não está no Governo. Sofre de uma doença quase terminal de dissidências (ou descontentamentos) internos. Essas vêm evoluindo desde os últimos anos da Arena, mas foram aguçadas pela ressaca das eleições de novembro passado e a tônica da sucessão presidencial.

A incompetência da cúpula do Governo em tratar com seu próprio partido é quase total. Sem nenhuma experiência político-partidária, estes dirigentes não compreendem as intrincadas sutilezas da organização partidária. A sua máquina estatal recusa sistematicamente a "atender" as reivindicações canalizadas pelos deputados de PDS, principalmente dos Estados controlados pela Oposição. Esta classe política nominalmente "governista" é chamada para de-

Arquivo CB



... em dobradinha com Homero na Secretaria do PDS

fender e aprovar decisões políticas cada vez mais impopulares, as quais não tiveram nenhuma participação na sua elaboração, e nem ao menos um "aviso prévio". Embora o presidente em Exercício, Aureliano Chaves e o deputado Homero Santos prometam dias melhores para o PDS neste sentido, mas diante das boas novas de Cleveland, são apenas medidas paliativas, pois até o final de agosto o sistema tradicional voltaria a funcionar.

A possibilidade de uma "implosão" do PDS no segundo semestre cresce na medida que o PTB recebe cargos importantes e um tratamento diferenciado, sem uma contrapartida maior ainda para o PDS. Seria uma "debandada para um partido de centro, sucessor do PP. Se o Governo chegar a peder a confiança do PDS totalmente, esta implosão pode ser até conveniente, para retirar a sua maioria no colégio eleitoral (casa o candidato acodado leva a sua convenção em 1984) e em seguida negociar uma maioria consensual com outros partidos em torno de outro candidato.

O DECRETO DO FMI

Diante deste quadro partidário como fica o Governo no Congresso Nacional a partir de agosto com a "missão impossível" de aprovar o Decreto Lei Nº 2.045, reduzindo os salários? Até parece que o FMI acredita na abertura política brasileira, pois reconheceu que o Poder Executivo não é mais o mesmo todo poderoso, e condicionou a liberação de quaisquer recursos adicionais (e conseqüentemente o reestabelecimento do crédito interbancário para o Brasil) à aprovação deste "remédio amargo" pelo Poder Legislativo que representa o povo. Dai fica demonstrado o desejo do povo brasileiro de "pôr a casa em ordem", aumentar a sua cota de sacrifícios em nome da "sanidade monetarista" para que o País possa pagar a sua dívida externa, deixando os banqueiros internacionais com um sono um pouco mais tranquilo.

Mas será que o povo pensa

assim? Se não, será que a classe política vai cometer um suicídio político em 1983, na esperança que a conjuntura econômica vai melhorar suficientemente para poder enfrentar a ira das urnas em 1986? E neste quadro sombrio que na semana que vem o PDS vai insaiar o fechamento de questão no seu Diretório Nacional.

As dissidências da convenção do PDS em julho, em grande parte refletiram rachas a nível estadual e a força do Deputado Paulo Maluf dentro do partido. Sendo que estas arestas não foram reparadas, como que o PDS vai enfrentar este problema? Apenas com uma dose de "política mineira"?

O Movimento Participação já avisou que numa tentativa de fechar questão no Diretório Nacional em torno do Decreto Nº 2.045, vai se apegar à incongruência deste decreto para com o programa do PDS (já registrado no TSE), e se for o caso irá até os tribunais contra a ilegalidade de uma medida deste tipo.

A lealdade do PTB parece condicionada à concessão de cargos de envergadura na esfera federal, que por sua vez requereria um "tratamento igual ou melhor para o PDS — coisas que o Governo não parece disposto a cogitar. Negociar apoio político de segmentos do PMDB e /ou PDT para uma medida tão impopular? Como? Se ao menos o Governo tivesse chamado a classe política para uma "tomada de consciência" e uma negociação mais ampla diante do quadro difícil e as exigências do FMI anteriormente, assim, talvez desse para costurar uma decisão consensual, mas quem da cúpula governamental tem competência e mesmo vocação ou gosto para uma empreitada deste tipo?

Finalmente, o Governo corre o perigo de uma vez aberta esta "caixa de Pandora" resuscitar os fantasmas do nacionalismo, tanto no meio civil quanto militar, contra as ingerências do FMI sobre a soberania nacional — "o INPC é nosso," e palavras de ordem deste tipo. Enquanto o povo acreditar que as cotas de sacrifícios não estão sendo distribuídas equitativamente, este dilema vai continuar de difícil solução.

VOTO DISTRITAL

Cosinhado em "banho-maria" pela Comissão de Constituição e Justiça desde sua apresentação em março deste ano, este projeto lei corre perigo de sofrer uma morte "lenta, gradual e segura" nos meandros da tramitação legislativa neste segundo semestre.

Recentemente tivemos notícia dos cálculos do Sr. Heitor de Aquino, que sustentam uma previsão de que a adoção deste sistema eleitoral ainda pode "salvar a barra" do PDS e do Governo em 1986 e pleitos posteriores, e de que pode dar ao sistema a estabilidade que lhe falta.

Ora, se este sistema eleitoral tivesse sido implantado no seu momento mais propício, no bojo do AI-2, junto com o bipartidarismo, talvez esta previsão vingasse nos anos 80. Mas em 1965/66, a "Banda de Música" da UDN "fez a cabeça" do então presidente Castello Branco, no sentido que como uma facção dentro da nova ARENA a ex-UDN seria massacrada pelo ex-PSD.

Em razão dos "equivocos semânticos" embutidos na Emenda Nº 22 em junho do ano passado, implantando o "voto distrital misto, majoritário e proporcional", o atual projeto de lei em tramitação não estabelece um sistema eleitoral misto (metade realizado em distritos, e metade pelo sistema proporcional tradicional). A parte "proporcional" da eleição será completamente "distritalizada", vinculando cada candidato "proporcional" a um só distrito.

Simulações feitas pela Prodasen em 1980 mostraram que o então MDB não teria sido "masacrado" por eleições distritais em 1978, em razão da sua crescente concentração geográfica no Centro-Sul. Numa eleição distrital em 1986, o PDS seria quase totalmente eliminado nesta região e no Norte do país, pela nova realidade eleitoral produzida pelo voto vinculado e os outros pacotes de 1981/1982, a saber: nestes dez Estados com 73% da população brasileira sob controle da Oposição, são três os fatores que contribuirão a uma vitória maciça: (1) o voto oposicionista é muito bem concentrado geograficamente em torno das cidades grandes e médias, muito propício para concorrer em distritos; (2) as máquinas dos governos estaduais estão nas mãos da Oposição que numa eleição distrital é fator muito importante; e (3) em Estados como Minas, São Paulo, Goiás e Paraná, a Oposição conquistou um número grande de prefeituras em cidades grandes e pequenas, fator decisivo numa eleição distrital.

Ainda, a parte "proporcional" do projeto pode possibilitar casos de o candidato mais votado num distrito não ser o eleito. Assim, o medo da classe política (Governo e Oposição) de não sobreviver em 1986 é muito grande, e as possibilidades da aprovação deste projeto na sua forma atual, e ainda mais remota que o Decreto do FMI.